



PESQUISAS EDUCACIONAIS: ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E AH/SD COM PERDA AUDITIVA

Edinaldo Bomfim Sales¹

Categoria: Comunicação oral

Eixo Temático/Área de Conhecimento: 11. Pesquisa sobre a produção do conhecimento científico em Educação Especial.

RESUMO: Com o presente estudo pretendeu-se investigar as implicações do processo de inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual e alunos com características de altas habilidades ou superdotação e perda auditiva. Para tanto, desenvolvemos pesquisa bibliográfica, que teve como objeto de estudo, duas pesquisas empíricas e uma bibliográfica, atinentes a processos escolares que envolveram alunos com as deficiências supracitadas. Com o referencial teórico da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, a pesquisa objetivou a análise de estudos conclusos sobre a temática ora citada. Quanto à abordagem, nossa pesquisa se deu numa perspectiva qualitativa com objetivo descritivo. Por fim, realizamos análise de conteúdo, a partir de dados já produzidos.

Palavras-chave: Deficiências. Atendimento Escolar. Inclusão.

1. INTRODUÇÃO

Mesmo diante de um sistema educacional que assume o discurso de uma educação na perspectiva da inclusão, ainda convivemos com a mera presença de alunos com deficiência nas escolas, quer dizer, sem

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: edinsales@hotmail.com



acesso à participação efetiva que lhes dêem condições de construir o conhecimento de forma participativa com os seus pares sem deficiência

Nossa investigação buscou problematizar algumas experiências apontadas em pesquisas empíricas e de caráter bibliográfico referente a vivências e conceituações produzidas sobre as condições escolares no atendimento de alunos com deficiência intelectual e alunos com perfis de altas habilidades ou superdotação combinada com a perda auditiva.

Os estudos objetos de nossa análise foram, primeiramente, a “Formação de professores por meio de pesquisa colaborativa com vistas à inclusão de alunos com deficiência intelectual”, das autoras Toledo e Vitaliano (2012); seguido da “História de Vida de alunos com deficiência intelectual: percurso escolar e a constituição do sujeito”, da autora Antunes (2012) e por último, “Altas habilidades ou super dotação e perda auditivas: duplicidade de necessidades educacionais especiais e políticas públicas”, das autoras Rangni e Costa (2014).

No primeiro estudo, das autoras Toledo e Vitaliano (2012), a pesquisadora adotou a metodologia de formação em serviço por meio da pesquisa colaborativa, tendo como participantes duas professoras do ensino público fundamental, sendo que cada uma delas tinha um aluno em sala com diagnóstico de deficiência intelectual.

Como procedimento de coleta das informações, a pesquisa se subdividiu em três fases: a primeira, ocorrida entre os meses de outubro e novembro de 2009, foi utilizado um questionário e realizadas observações em sala de aula, que buscou a identificação de características e levantamento junto às professoras sobre suas concepções atinentes ao processo de inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual. Buscou-se também, a procedimentalização das práticas pedagógicas e a inserção dos alunos nesse contexto. Segundo Toledo e Vitaliano (2012), após a primeira fase da pesquisa houve um melhoramento no processo de ensino dos alunos com deficiência.

A segunda fase se deu com a observação e intervenção colaborativa da pesquisadora em sala de aula. Já na terceira fase, houve entrevistas semiestruturadas

com as professoras, para que estas pudessem avaliar o processo de observação e intervenção colaborativa da pesquisadora.

A formação em serviço é algo imprescindível para a promoção da educação inclusiva, sendo que há relatos de outras experiências onde a adoção dessa modalidade permitiu o desenvolvimento de ações com professores e alunos, havendo vários avanços segundo relato dos participantes, pois gerou quebra de barreiras, de preconceitos, superação de descrenças e medos. Foram oportunidades para que os participantes revessem alguns conceitos de valores. Isso demonstra que é preciso proporcionar não só a formação dos professores da sala comum, mas os professores da educação especial também precisam ampliar suas ações envolvendo trabalhos colaborativos com os demais profissionais (TOLEDO & VITALIANO, 2012).

Com a chegada de alunos com deficiência nas salas comuns, tornando esses espaços muito mais heterogêneos, a pesquisa colaborativa vai permitir que o professor possa trabalhar de maneira participativa e colaborativa, por exemplo, criando oportunidades para que alunos atuem como mediadores, melhorando o processo de interação entre todos os educandos.

As participantes foram professoras do segundo segmento do ensino fundamental, sendo que uma ministra a disciplina de língua portuguesa e a outra de arte, as professoras possuem uma faixa etária de 30 a 40 anos e média de 05 a 10 anos de experiência com a docência. (TOLEDO & VITALIANO, 2012).

A pesquisa se deu em uma escola estadual do município de Araponga-PR, tendo um total de 830 alunos distribuídos em três turnos, com um total de 45 professores, não possuindo sala de recursos para atendimento especializado. Todos os professores ainda não haviam recebido nenhum tipo de formação ou informação a respeito dos alunos com deficiência ou sobre a política de educação especial (TOLEDO & VITALIANO, 2012).

Na segunda fase da pesquisa, ocorrida de fevereiro a junho de 2010, a intervenção da pesquisadora nas práticas docentes das participantes, ocorreu por meio de conversas reflexivas sobre as aulas ministradas, estudos de referenciais teóricos pertinentes ao processo de inclusão escolar, colaboração na elaboração do planejamento e atividades de sala de aula (TOLEDO & VITALIANO, 2012).

Como terceira fase, ocorrida no mês de julho de 2010, que objetivou avaliar o processo de intervenção, houve entrevistas com as duas professoras sobre os instrumentos e medidas adotadas pela pesquisadora durante a intervenção (TOLEDO & VITALIANO, 2012).

Para análise dos dados todas as informações foram registradas por meio de gravações que posteriormente foram transcritas.

A segunda pesquisa correspondeu a uma investigação de campo desenvolvida numa tese de doutorado da autora Antunes (2012), que trouxe como tema principal as “Histórias de vida de alunos com deficiência intelectual (DI) e a relação entre escola, deficiência e construção do conhecimento”. Como tema secundário, o estudo pode ser classificado pela busca da auto percepção de alunos com deficiência intelectual sobre o processo de inclusão escolar.

Objetivou-se primariamente compreender o processo de inclusão das pessoas com deficiência intelectual (DI) na escola regular a partir das histórias e auto percepções de cinco jovens inseridos na rede regular de ensino. De forma secundária, objetivou-se analisar como alunos com deficiência intelectual vivenciam o seu processo de inclusão e escolarização; bem como, entender o papel da escola na constituição psicossocial dos jovens com deficiência intelectual, a partir de sua experiência.

Nunes et al., apud Antunes (2012) afirma que a auto percepção ou perspectivas de mundo dos alunos com deficiência pouco são levados em considerações nos estudos teóricos sobre a deficiência. Quase não há voz dessas pessoas na elaboração das políticas e do seu atendimento escolar. Geralmente, quem acaba decidindo sobre os rumos da vida acadêmicas desses alunos são professores, gestor escolar e membros da família.

Para Pletsch e Glat apud Antunes (2012) os alunos com deficiência apresentam baixas expectativas para aprenderem, em função do estigma deixado pela deficiência.

Na pesquisa também houve discussão sobre o processo de infantilização do aluno com deficiência intelectual no ambiente escolar que, desprezando sua idade cronológica, vem gerando vários anos de repetição com os mesmos conteúdos. Algo

que desestimula e gera comodismo no aluno e na família. Essa realidade fora constatada com um dos participantes da pesquisa (ANTUNES, 2012).

Padilha apud Antunes (2012) aduz sobre o cotidiano escolar de alunos com deficiência intelectual diante da falta de preparo dos professores para identificar e valorizar as potencialidades desses alunos, frente a esse contexto, conceitua a cultura da incapacidade como produção de saber sobre os alunos com deficiência. Nesse diapasão, é patente a necessidade de superação do sentimento de menos valia dos alunos com (DI) em relação a seus pares sem deficiência e problematização do papel da escola.

Buscando contribuir com o processo de discussão do papel da escola, Antunes (2012) apresenta uma concepção de inclusão educacional, a qual é filiada, pautada em três pressupostos elementares (a presença do aluno com (DI) na escola, a participação nas atividades coletivas e seu pleno desenvolvimento com a construção do conhecimento).

Citando outra pesquisa realizada com adolescentes com deficiência intelectual, Oliveira apud Antunes (2012) traz resultados de expectativas de quererem continuar os estudos, algo que muitas vezes, é menosprezado por professores e familiares.

A pesquisa de Antunes (2012) contou com a participação de cinco alunos com deficiência intelectual (dois do sexo masculino e três do feminino) que estavam matriculados no segundo segmento do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Vale observar que, dos cinco participantes, apenas uma das participantes frequentou o atendimento especializado (Escola Especial Pestalozzi – Niterói/RJ).

O local da pesquisa correspondeu a uma Escola do campo, pertencente à rede pública estadual do município de Teresópolis no Rio de Janeiro.

Na última pesquisa objeto de nossa análise, as autoras Rangni e Costa (2014) realizaram uma pesquisa bibliográfica e de caráter documental sobre o tema “Altas habilidades ou super dotação – AH/SD e perda auditivas: duplicidade de necessidades educacionais especiais e políticas públicas”, onde levantam uma problematização sobre a questão das normas brasileiras de educação especial e políticas públicas relacionadas ao tema da pesquisa, pois essas normas e políticas classificam as

deficiências em categorias, mas indicando um tipo de atendimento especializado para cada tipo de deficiência de forma isolada, não se deparando com alunos que apresentam deficiência e AH/SD de forma simultânea, o que implica numa duplicidade de atendimento especializado por apresentar uma dupla necessidade educacional especial – NEE.

Diante dessa discussão Rangni e Costa (2014) apresentam o problema por meio das seguintes indagações: quais os impedimentos que levam o sistema educacional a não oferecer um duplo atendimento especializado? O que vem impossibilitando o processo de identificação da dupla NEE dos alunos, no caso da pesquisa, alunos que apresentam AH/SD e perda auditiva? Será que o sistema educacional ignora ou rejeita essa condição de duplicidade?

As autoras ressaltam que as políticas educacionais são espelhadas nas normas e destas citam as que regulamentam o atendimento educacional especializado – AEE das três categorias de deficiências, mas não numa perspectiva dual de atendimento (Decreto Federal 7.611/11 e a Lei Federal 12.796/13). São políticas e normas que reforçam as deficiências, não as potencialidades dos alunos.

Como objetivo da pesquisa as autoras buscaram revelar diversas possibilidades em que os alunos podem apresentar a duplicidade de NEE a partir do objeto de estudo que foi a AH/SD e perda auditiva, bem como as implicações legais que envolvem as políticas públicas do AEE. Objetivou-se também, fazer uma exposição de alguns estudos sobre a duplicidade de NEE em questão.

Rangni e Costa (2014) citam que na LDB de 1996, o capítulo que rege a Educação Especial não define muito bem o público alvo dessa área, só mencionando os alunos com NEE ou superdotação, essa última foi a única categoria definida. Sabemos que a caracterização das deficiências (deficiência física, visual, mental e surdez), TGD e AH/SD, só foram tipificadas assim no Plano Nacional da Educação Especial de 2008 e posteriormente no Decreto 7.611/11, ou seja, nenhum desses documentos legais aborda a questão da duplicidade de AEE para alunos com AH/SD e outra deficiência combinada. Essas classificações deixam de fora outros transtornos funcionais (MONTGOMERY apud RANGNI & COSTA, 2014) e (OUROFINO apud RANGNI & COSTA, 2014).

Quanto às AH/SD ainda é muito temerário conceito dado pela educação especial brasileira, pois ainda se resta circundado de pré-conceitos e mitos, causando vários equívocos que contribui para o baixo número de identificação de alunos nessa condição. O próprio Censo escolar de 2010 revelou que num universo de 50 milhões de estudantes do país, havia apenas pouco mais de 05 mil com AH/SD, sendo que em 2012, esse número subiu para cerca de 13 mil alunos. Geralmente esses alunos são identificados por gestores de escolas, coordenadores ou professores; pessoas que desconhecem a matéria e partindo de uma concepção equivocada sobre AH/SD de que essa condição é uma realidade apenas na sociedade elitizada. Dessa forma enxergam os alunos com AH/SD como sujeitos talentosos que podem trilhar seu próprio caminho dentro do sistema educacional excludente, não dependendo de AEE. Essa visão negligenciada é que vai gerar a exclusão desses indivíduos, pois vão se deparar com barreiras ou com conteúdos e metodologias desinteressantes que podem levá-los à evasão escolar (ALENCAR; FLEITH apud RANGNI & COSTA, 2014) e (FREITAS; PEREZ apud RANGNI & COSTA, 2014).

Por outro lado, os outros alunos com deficiência tipificados nas normas recebem AEE com mais freqüência, como é o caso dos alunos com perda auditiva.

A identificação dos talentos está diretamente relacionado com o processo de engajamento sistemático que os indivíduos desenvolvem com um determinado recurso em tempo específico, focando metas específicas de excelência, quer dizer, justamente o que não é visto pelos educadores, pois estes focam seu olhar de identificação para as limitações, desprezando o processo das habilidades em alto nível (GAGNÉ apud RANGNI & COSTA, 2014). Com isso, a identificação de AH/SD fica complicado, já que as perdas auditivas dificultam o desenvolvimento de habilidades, sobretudo, habilidades de alto nível, que são identificadas dentro de um rol de características citadas por (RANGNI & COSTA, 2014, p. 06).

- a) excelente memória;
- b) habilidade em ajustar-se à escola regular;
- c) habilidades na fala e leitura sem instrução;
- d) rapidez no domínio das idéias;
- e) habilidade de raciocinar;
- f) alta performance na escola;
- g) muitos interesses;
- h) maneira não tradicional de absorver problemas;

- i) habilidades de resolver problemas do dia a dia, possivelmente em alto nível;
- j) atraso em conhecimento de conceitos;
- k) alta iniciativa;
- l) senso de humor;
- m) intuição;
- n) engenhosidade em resolver problemas;
- o) habilidade em linguagem de símbolos.

Como os educadores não dispõem de instrumentos para identificação dessas características, acabam negligenciando na identificação dessas habilidades, desprezando assim, a capacidade de excelência dos alunos com perda auditiva

Rangni e Costa ainda vão dizer que as características utilizadas para identificação da duplicidade de AH/SD e surdez são as mesmas que o MEC utiliza para identificar alunos com apenas AH/SD (RANGNI & COSTA, 2014, p. 07).

- a) grande curiosidade, envolvimento com muitos tipos de atividades exploratórias;
- b) autoiniciativa;
- c) originalidade de expressão oral e escrita;
- d) talento incomum para expressão em artes;
- e) habilidade para apresentar alternativas de soluções com flexibilidade de pensamentos;
- f) abertura para a realidade, sagacidade e capacidade de observação;
- g) capacidade de enriquecimento com situação-problema;
- h) capacidade para usar conhecimento e informação;
- i) combinação de elementos, ideias e experiência de forma peculiar;
- j) capacidade de julgamento e avaliação superiores;
- k) produção de ideias e respostas variadas;
- l) gosto por correr riscos;
- m) habilidade em ver relações entre fatos;
- n) aprendizado rápido, fácil e eficiente, especialmente em sua área de interesse.

Se as características são idênticas, então porque as escolas encontram dificuldades para identificar altas habilidades em alunos com surdez? A nosso ver, seria pela falta de capacidade dos profissionais que não teve acesso a essas informações e, portanto, não assimilaram esses conceitos.

Como objetivo geral desse estudo, pretendeu-se analisar processos de atendimento escolar de alunos com deficiência intelectual e alunos com perfis de altas habilidades ou superdotação combinada com a perda auditiva. Especificamente, buscamos problematizar a discussão

sobre práticas escolares que envolvem alunos com deficiência intelectual, bem como, descrever sobre a necessidade do duplo atendimento para alunos com altas habilidades ou superdotação combinada com a perda auditiva.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A investigação foi regida por a uma pesquisa qualitativa (SILVEIRA & CÓRDOVA, 2009), aja vista que analisamos as condições de atendimento escolar como fenômeno imprescindível para o processo de inclusão dos alunos com deficiência.

Com relação ao objetivo, nossa investigação foi de caráter descritivo, composta por análise bibliográfica (SILVEIRA & CÓRDOVA, 2009). Como objeto de estudo, analisamos duas pesquisas empíricas e uma bibliográfica, atinentes a processos escolares de alunos com deficiência.

Quanto à análise de dados, realizamos análise de conteúdo, a partir de dados já produzidos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro objeto de nossa análise, a pesquisa de Toledo e Vitaliano (2012), os resultados foram apresentados em três fases, como se segue.

Como resultado da primeira fase se constatou que as professoras participantes não desenvolviam atividades apropriadas para responder às necessidades especiais dos alunos com deficiência intelectual, diante disso, esses alunos raramente faziam algum tipo de atividade. Há relato da professora P2, afirmando que o seu aluno tem dificuldade de desenvolver atividades simples como, interpretar textos, escrever textos com coerência e coesão, o que a nosso ver não são atividades simples, mas complexas. Já a professora P1 afirma que nem mesmo pelo processo repetitivo de explicação e reexplicação sua aluna consegue entender os conteúdos (TOLEDO & VITALIANO, 2012).

As participantes demonstraram insegurança, sentindo a necessidade de receberem formação na área da educação especial, principalmente por meio de cursos e palestras de como atuar com os alunos com deficiência intelectual de vossa escola.

No resultado da segunda fase destacamos a conversa entre a pesquisadora e a professora P1, embora não desenvolva nada de forma especializada para sua aluna com deficiência intelectual, P1 reconhece que a aluna precisa ser motivada de alguma forma; quando indagada pela pesquisadora sobre de que maneira isso poderia ser feito, P1 declarou que deveria ser dispensada uma atenção mais individualizada com a aluna nas atividades. A professora ainda vai dizer que não adotava com a aluna uma atitude mais individualizada para evitar constrangimento diante dos outros alunos, algo que para nós não passa de desinformação e insegurança.

Quanto ao planejamento realizado com a pesquisadora, a professora P1 apresentou mais aceitação, por sua vez, P2 demonstrou pouco interesse, dizendo que é mais prático seguir o roteiro do livro didático. P1 afirmou que embora entenda ser pertinente, tem dificuldades de expressar seus objetivos no papel, esse processo leva a compreender que a professora rege o seu trabalho por objetividades intuitivas (TOLEDO & VITALIANO, 2012).

As participantes relataram que foram notórios os avanços dos alunos após a intervenção da pesquisadora na segunda fase, destacando a expansão da compreensão nas atividades e poder de concentração. Quanto ao ciclo de estudos dos referenciais teóricos, as professoras revelam que mudaram suas concepções sobre o aluno com deficiência intelectual e seu processo de aprendizagem, superando os determinismos biopsíquicos preconceituosos.

Como resultado da terceira fase, segundo as participantes, a pesquisa foi de grande valia, P2 declarou que desconhecia totalmente os preceitos da deficiência intelectual, pois antes, entendia que o aluno não era capaz de fazer nada, mas após as intervenções colaborativas e estudos realizados passou a mudar suas práticas em sala, levando o aluno com deficiência a realizar as atividades e melhorar seu relacionamento com seus pares. Para a P1, antes da pesquisa ela não acreditava no processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência, mas posteriormente,

compreende que é uma prática pedagógica possível, lamentando o fato dos outros professores não ter participado da pesquisa, pois acredita que a pesquisa fora realmente uma formação em serviço, já que permitiu reflexões e mudança de práticas (TOLEDO & VITALIANO, 2012).

Para as autoras Toledo e Vitaliano (2012), a pesquisa colaborativa deve ser encarada pelas políticas públicas educacionais como uma das principais ferramentas de formação profissional e desenvolvimento de uma escola inclusiva.

No segundo objeto de nossa análise, a investigação de Antunes (2012) revelou a Inadequação das políticas públicas educacionais para superação da homogeneização das práticas escolares, que são impróprias para a educação das pessoas com DI. Problema que se resta mais grave nas etapas finais da educação básica. Também denuncia a inadequação da formação básica dos professores e ausência de formação continuada sobre educação inclusiva.

Afirma que a mera presença dos alunos com (DI) na escola só vem provocando um conseqüente fracasso escolar. Neste sentido, destaca a patente necessidade de reestruturação das práticas escolares para favorecer o desenvolvimento de todos os alunos.

Outrossim, a pesquisa constatou as perspectivas dos alunos de continuar os estudos e ingressar no mercado de trabalho. Ademais, os participantes também externaram seus anseios de terem suas relações de afetividade e sexualidade respeitadas pela sociedade e família.

Antunes (2012) conclui questionando se a partir da implantação da política de educação inclusiva, houve mudanças e avanços significativos no processo de inclusão e escolarização das pessoas com deficiência. Se as práticas pedagógicas realizadas na escola em relação aos alunos com deficiência estão contribuindo para que os mesmos construam conhecimento e exercitem sua autonomia? Segue dizendo que a pesquisa não teve a pretensão de responder todas essas indagações, contudo, as falas dos participantes apontam caminhos para a mudança, pois suas experiências de vida e de escola apresentam triste realidade quando se relacionam os termos, deficiência, escola e construção do conhecimento (ANTUNES, 2012).

Encerra ressaltando que as práticas escolares precisam ser repensadas e ressignificadas, pois não podemos continuar negligenciando e promovendo a negação desses sujeitos à escola e como protagonistas da própria história (ANTUNES, 2012).

Como resultado do estudo de Rangni e Costa, a pesquisa revelou que não há dados estatísticos do Censo que identifica a dupla NEE, com exceção da deficiência múltipla. Rangni e Costa (2014) mencionam o próprio Plano Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 que categorizou as deficiências em três categorias (alunos com deficiência, com transtorno global de desenvolvimento – TGD e com AH/SD). O grande problema é que essas classificações são de ordem clínica (OMOTE apud RANGNI & COSTA, 2014). Isso ocorre em detrimento de uma avaliação funcional educacional que de fato identificasse dupla NEE dos alunos.

Constatou-se ainda, que existe uma dificuldade grande de identificar AH/SD em alunos com deficiência, pois os testes convencionais não contemplam as peculiaridades de inteligência dos alunos, há também escassez de pesquisa na área, sobretudo, no Brasil. No caso dos alunos com surdez, estes têm dificuldades de expressões por uma escassez de vocabulário adequado, sendo que uma das mais importantes sugestões para a superação dessa realidade é a valorização do bilingüismo e do biculturalismo das pessoas com surdez.

Nesse contexto podemos concluir que em qualquer população pode haver pessoas com potencial acima da média, mesmo que apresente outra NEE.

Embora a educação das pessoas com perda auditiva seja muito debatida, não é uma educação fácil de ser desenvolvida, pois passa por diversas dificuldades como inadequação do currículo, que ao invés de ser readequado, o sistema prefere atribuir uma incapacidade de aprendizagem à pessoa com perda auditiva. Há uma dificuldade de qualificação profissional, disponibilidade de intérprete, tradutores e tudo isso pode acarretar no fracasso escolar, sendo que, se a pessoa com perda auditiva fosse bem assistida educacionalmente, seria bem mais viável a identificação de suas habilidades, podendo estar presente a duplicidade de NEE, ou seja, alunos com a surdez e AH/SD (RANGNI & COSTA, 2014).

Mas se por um lado existe uma variedade de termos para definir as AH/SD, de outro existe uma multiplicidade da cultura surda que impede o reconhecimento da duplicidade de NEE composta por AH/SD e surdez, a isso se soma a escassez de material e falta de capacitação profissional para análise de potencial elevado em pessoas com perda auditiva (WINSTANLEY apud RANGNI & COSTA, 2014)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere às duas primeiras pesquisas analisadas por nós, atinentes à inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual, observamos que a deficiência ainda vem sendo potencializada como justificativa pelo fracasso escolar dessas pessoas.

As avaliações utilizadas para identificar a deficiência intelectual tem se revelado insuficientes ou inadequadas para um diagnóstico qualitativo, até porque, a deficiência só aparece quando o indivíduo que apresenta limitações relativas a DI, interage com o meio, se deparando com as barreiras ambientais e atitudinais dos outros. O problema aparece muito mais quando se faz necessário realizar a avaliação funcional educacional para atender às singularidades dos alunos com (DI), aí é que testes psicométricos (como por exemplo, os testes de quociente de inteligência – QI) se restam de fracasso e inadequação, pois a avaliação educacional deve ser processual, observando inclusive fatores socioculturais dos alunos. Os testes psicométricos centram-se na patologia, não criando condições para identificação das habilidades adaptativas dessas pessoas.

Quanto ao terceiro estudo analisado, compreendemos que os espaços escolares, sobretudo, por intermédio do AEE, não dispõe de recursos e os educadores não estão preparados para identificar perfis de aluno com AH/SD, muito embora os parâmetros curriculares nacionais (PCN) apresentem os requisitos para essa identificação. O problema se mostra ainda mais grave quando se trata de alunos com supostas AH/SD e perda auditiva, pois nesse contexto, haveria a necessidade do desenvolvimento de ações pedagógicas integradas entre o atendimento complementar e o suplementar do AEE, algo que não vem acontecendo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, K. C. V. História de Vida de alunos com deficiência intelectual: percurso escolar e a constituição do sujeito. Rio de Janeiro, 2012. 154f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

RANGNI, R. A.; COSTA, M. P. R. Altas habilidades ou superdotação e perda auditivas: duplicidade de necessidades educacionais especiais e políticas públicas. Cadernos Pesquisas, v. 21, n. 1, Jan./Abril, 2014.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.

TOLEDO. E. H.; VITALIANO, C. R. Formação de professores por meio de pesquisa colaborativa com vistas à inclusão de alunos com deficiência intelectual Revista Brasileira de Educação Especial, v.18, n.2, Abr./Jun., 2012.